

Câmara mantém preso deputado suspeito de mandar matar Marielle

PLACAR APERTADO

Câmara decide manter Brazão preso, apesar do empenho do Centrão e de Bolsonaro

GABRIEL SABÓIA, LAURIBERTO POMPEU, CAMILA TURTELLI E MARIANA MUNIZ

Apesar do esforço de integrantes do Centrão e do ex-presidente Jair Bolsonaro, a Câmara decidiu ontem manter a prisão do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), acusado de ser o mandante do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes. O placar foi apertado, com 277 votos a favor e 129 contra, além de 28 abstenções. Eram necessários 257 votos para que ele continuasse detido. Em um dia marcado pela incerteza, parlamentares favoráveis a Brazão tentaram transformar o caso em uma reação a supostos abusos do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou a prisão, e alertaram para a abertura de um precedente considerado perigoso para a Casa.

Durante o dia, integrantes do União Brasil, PL, Republicanos e PP agiram para esvaziar a sessão e tentar impedir que a manutenção da prisão fosse autorizada pela Casa. Não compareceram 77 dos 513 deputados, enquanto 28 marcaram pela "abstenção". Alguns deles são importantes caciques partidários, como o líder do PP, Dr. Luizinho (RJ), e o presidente do Republicanos, Marcos Pereira (SP).

Ao final, governistas conquistaram apenas 20 votos a mais do que o necessário para manter Brazão no presídio federal de Campo Grande, onde está sob custódia.

Quem votou pela manutenção da prisão votou pelo respeito à família de Marielle e demonstrou vontade de ver todos os detalhes respondidos. Quem votou contra, está contra o rito legal — disse o ex-deputado federal e presidente da Embratur, Marcelo Freixo (PT-RJ), que trabalhou com Marielle quando era deputado estadual do Rio.

COMISSÃO DE ÉTICA
O principal argumento a favor de Brazão foi a possibilidade de outros deputados ficarem vulneráveis à prisão preventiva, o que só é previsto na Constituição para flagrantes de crimes inafiançáveis, como homicídios. O embate entre o Judiciário e apoiadores de Bolsonaro também contribuiu para elevar a tensão e influenciou os debates.

Antes de seguir para o plenário, o assunto foi analisado durante a tarde pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). No colegiado, foram 39 votos a favor da prisão e 25 pela soltura. No mesmo dia, Brazão também teve processo de cassação aberto pela Comissão de Ética da Casa.

A análise do caso ocorreu em meio ao descontentamen-



Placar apertado. Deputados comemoram a manutenção da prisão de Chiquinho Brazão: deputado é acusado de ser o mandante do assassinato de Marielle



Detenção. Chiquinho Brazão no dia em que foi preso pela Polícia Federal: condução do parlamentar com algemas incomodou colegas da Câmara

to de deputados com operações de busca e apreensão feitas pela Polícia Federal (PF) contra congressistas. Por isso, há pressão para que a Câmara vote uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para blindar parlamentares de investigações policiais.

Segundo a colunista Bela Megale, Bolsonaro entrou em campo ontem após enviar aos parlamentares do PL, seu partido, um vídeo no qual seu filho Eduardo Bolsonaro (PL-SP) defende a soltura de Brazão (leia na página 5).

DISCUSSÃO JURÍDICA

Para parte do Centrão, não houve "flagrante", requisito para a prisão de um parlamentar. Já o relator do caso, Darci de Matos (PSD-SC), ressaltou o fato de que Brazão há anos opera para obstruir a Justiça, segundo a PE.

Chiquinho e seu irmão Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Rio, foram presos em 24 de março. O advogado do parlamentar, Cléber Lopes, contestou o parecer.

— Estamos aqui julgando se a Constituição Federal autoriza a prisão do parlamentar. Esta não é uma prisão em flagrante, é bom lembrar — afirmou.

O líder do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), afirmou ser contra a decisão do Supremo, assim como o líder do PL, Altineu Cortes (RJ).

— Nós juramos a Constituição quando assumimos o mandato. E (a prisão) fere a Constituição — disse Altineu.

Menos da metade da bancada fluminense, que conta com 46 deputados, votou pela manutenção da prisão. Dezoito parlamentares eleitos pelo estado de Marielle foram favoráveis, enquanto 18 votaram pela soltura. Três se abstiveram e outros sete não registraram presença.

No Supremo, esse resultado era aguardado — ainda que o placar tenha sido apertado. O espírito era o de que, diante da grande repercussão do caso Marielle, os deputados tenderiam a reforçar a decisão. Na Corte, a prisão foi considerada flagrante tendo em vista que o crime de obstrução de Justiça estava sendo perpetuado ao longo do tempo.

Na avaliação de Rubens Glezer, professor de Direito da FGV-SP, e de Adib Abdouni, advogado constitucionalista e criminalista, pelo fato de Brazão ser apontado como mandante de um homicídio doloso, há base para classificar o caso como inafiançável, uma vez que todos os crimes intencionais contra a vida entram neste rol. Já na avaliação de Gustavo Sampaio, professor de Direito Constitucional da UFF, a obstrução de Justiça — crime que apoia a sustentação do flagrante — não é inafiançável, o que validaria a posição da defesa de Chiquinho.

VOTOS PELA MANUTENÇÃO DA PRISÃO Eram necessários 257 votos; foram 277

PARTIDO	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	AUSÊNCIAS
AVANTE	3	-	1	3
CIDADANIA MDB	4	-	-	-
MDB	32	6	3	3
NOVO	2	1	-	-
PCdoB PDT	7	1	-	2
PL	7	71	5	12
PODEMOS	10	1	1	3
PP	18	10	12	9
PRO PSB PSD	14	4	-	-
PSD	35	2	3	4
PSDB	7	1	1	4
PSOL	13	-	-	-
PT	64	-	-	4
PV	4	2	-	-
REDE	1	-	-	-
REPUBLICANOS	20	8	-	14
SOLIDARIEDADE	5	-	-	3
UNIÃO	16	22	2	18

VOTARAM NÃO

- Dani Cunha** (União-RJ): Filha de Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara que fez campanha pró-Brazão, seguiu as orientações do pai.
- Carlos Jordy** (PL-RJ): Próximo à bancada bolsonarista e aliado de Brazão, desobedeceu à orientação do partido e votou contra a prisão.
- Otoni de Paula** (MDB-RJ): Votou não na CCJ, mas se ausentou da sessão no plenário.

ABSTENÇÃO

- Dr. Luizinho** (PP-RJ): Líderança do PP no Rio, contribuiu com tentativa de soltar Brazão.
- Marcos Pereira** (Republicanos-SP): Pré-candidato à presidência da Casa, líder evangélico não foi à sessão.
- Marcello Crivella** (Republicanos-RJ): Votou não na CCJ, mas se ausentou da sessão no plenário.

VOTAÇÃO DA BANCADA DO RIO
Do total de 46 votos, apenas 18 confirmaram a manutenção da prisão

18 (Sim) 18 (Não) 3 (Abstenção) 7 (Ausências)

EDITORA DE ARTE

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Página:** 4